

Brazil

Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil

Mid-term Review

Main report and appendices

Mission Dates: 23/07/2018 até 03/08/2018

Document Date: 03/10/2018

Project No. 1100001620

Report No. 4846-BR

Latin America and the Caribbean
Programme Management Department

Abbreviations and Acronyms

A. Project Overview

Region:	Latin America and the Caribbean	Project at Risk Status:	Not at risk
Country:	Brazil	Environmental and Social Category:	B
Project Name:	Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil	Climate Risk Classification:	not available yet
Project Id:	1100001620	Executing Institution:	not available yet
Project Type:	Rural Development	Implementing Institutions:	not available yet
CPM:	Claus Reiner		
Project Director:	not available yet		
Project Area:	not available yet		

Approval Date	11/12/2013	Last audit receipt	29/09/2017
Signing Date	30/06/2014	Date of Last SIS Mission	02/08/2018
Entry into Force Date	22/08/2014	Number of SIS Missions	9
Available for Disbursement Date	22/08/2014	Number of extensions	0
First Disbursement Date	06/02/2015	Effectiveness lag	8 months
MTR Date	23/07/2018		
Original Completion Date	30/09/2020		
Current Completion Date	30/09/2020		
Financial Closure	not available yet		

Project total financing

IFAD Financing breakdown	IFAD	\$2,999,999
Domestic Financing breakdown	Beneficiaries	\$25,200,000
	National Government	\$44,005,000
	Other Domestic	\$38,095,000
Co-financing breakdown,	Spanish Fund	\$15,000,000
Project total financing		\$125,299,999

Current Mission

Mission Dates:	23/07/2018 até 03/08/2018
Days in the field:	12
Mission composition:	Claus Reiner – Diretor País (CD), Hardi Vieira – Oficial de Programas (CPO), Emmanuel Bayle – Coordenador Técnico da Missão, Danilo Pisani – Especialista em Gestão Financeira, Lucianna Matte - Especialista em Aquisições e Contratações, Pietro Simoni – Especialista em Infraestrutura Rural e Rodrigo Dias – Especialista em Planejamento e Monitoramento e Avaliação (M&A).
Field sites visited:	Estados de Pernambuco e Ceará, além de reuniões em Brasília com o Governo Federal. Durante a missão, houve reuniões na UGP em Recife e com vários parceiros chaves incluindo agências públicas de ATER (IPA, EMATER-PB, EMATERCE e AGERP), entidades de ATER do terceiro setor (Centro Sabiá e CACTUS), visitas a duas comunidades beneficiárias no Ceará nos municípios de Madalena e Sobral, além de reuniões com o Governo Federal incluindo a SEAD, ANATER, MDS, Tesouro Nacional, SEAIN, UnB e BNDES.

B. Overall Assessment

Key SIS Indicator #1	Ø	Rating	Key SIS Indicator #2	Ø	Rating
Likelihood of Achieving the Development Objective		4	Assessment of the Overall Implementation Performance		4

Effectiveness and Developmental Focus	4	Project Management	3
Effectiveness	4	Quality of Project Management	4
Targeting and Outreach	4	Knowledge Management	4
Gender equality & women's participation	4	Value for Money	3
Agricultural Productivity	3	Coherence between AWPB and Implementation	3
Nutrition	3	Performance of M&E System	4
Adaptation to Climate Change	3	Requirements of Social, Environmental and Climate Assessment Procedures (SECAP)	3

Sustainability and Scaling-up	4	Financial Management and Execution	4
Institutions and Policy Engagement	4	Acceptable Disbursement Rate	2
Partnership-building	4	Quality of Financial Management	4
Human and Social Capital and Empowerment	4	Quality and Timeliness of Audit	2
Quality of Beneficiary Participation	3	Counterparts Funds	6
Responsiveness of Service Providers	4	Compliance with Loan Covenants	3
Environment and Natural Resource Management	4	Procurement	4
Exit Strategy	3		
Potential for Scaling-up	4		

Relevance	4
------------------	----------

C. Mission Objectives and Key Conclusions

Background and Main Objective of the Mission

O PDHC II teve seu contrato assinado em 11 de agosto de 2014 e se tornou efetivo em 22 de agosto do mesmo ano. O fechamento do Projeto será em **30 de setembro de 2020** e o encerramento em 31 de março de 2021.

Para acompanhar o Projeto, o FIDA realizou a revisão de meio termo (RMT) entre 23 de julho e 03 de agosto de 2018 tendo realizado visitas aos estados de Pernambuco e Ceará, além de reuniões em Brasília com o Governo Federal. Durante a missão, houve reuniões na UGP em Recife e com vários parceiros chaves incluindo agências públicas de ATER (IPA, EMATER-PB, EMATERCE e AGERP), entidades de ATER do terceiro setor (Centro Sabiá e CACTUS), visitas a duas comunidades beneficiárias no Ceará nos municípios de Madalena e Sobral, além de reuniões com o Governo Federal incluindo a SEAD, ANATER, MDS, Tesouro Nacional, SEAIN, UnB e BNDES.

Key Mission Agreements and Conclusions

Desde a última missão de supervisão realizada em setembro de 2017, o PDHC II demonstrou importantes avanços garantindo sua saída da categoria de "risco", embora alguns desafios e pendências importantes ainda permaneçam. Entre os principais avanços vale remarcar:

- Contrato de Gestão com ANATER operacional e com contratos com entidades públicas em execução em 9 dos 11 estados (exceto MG e BA);
- Contratação (finalizada ou em vias finais) via Edital de chamada pública de 11 entidades privadas ou do terceiro setor por meio de Contrato de Gestão da ANATER;
- TED com UNB operacional e com 97 agentes de campo contratados e capacitados para pesquisa, monitoramento e para aplicação da Linha de Base no segundo semestre;
- 70% de famílias já cadastradas e boa focalização na seleção;
- Comitê Gestor e Comitê Executivo estabelecidos;
- Viabilização do fomento para atividades produtivas do BSM por meio do MDS para 17.800 famílias em 2018 e início dos encaminhamentos para garantir o atendimento do BSM para mais famílias em 2019 e 2020;

Em termos dos principais desafios para 2018, a missão acordou o seguinte com a SEAD:

- Realizar a auditoria de 2017 e entregar o relatório final o mais breve possível e não ultrapassar o dia 30/12/2018;
- Garantir a integralidade do orçamento de 2018 na fonte FIDA (R\$ 13,8 milhões) e para 2019 (R\$ 36 milhões) e a necessária contrapartida;
- Solicitar a SEAIN a expansão da área do Projeto e emenda ao Contrato de Empréstimo;
- Realizar a linha de base com o seu relatório finalizado e entregue até 31/12/2018;
- Preparar um workshop de alinhamento entre os parceiros de ATER do PDHC II incluindo agências públicas, entidades privadas e do terceiro setor;
- Elaborar um Manual de operação do Contrato de Gestão com a ANATER;
- Acelerar o processamento de desembolsos tendo em vista que ainda está muito baixa (16%).

D. Overview and Project Progress

A missão reconhece de forma unânime avanços significativos e importantes desde a última missão de supervisão, tanto do ponto de vista da articulação institucional do Projeto como do início da atuação em campo e das várias ações colocadas em implementação. Isso significa que o PDHC II ganhou outro patamar e está em condições de entrar em ritmo acelerado de implementação. As previsões de desembolso e implementação permitem vislumbrar avanços ainda mais significativos até o final do ano.

Desde a última missão o arranjo institucional do Projeto evoluiu bastante: Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade de Brasília (UNB), Convênio com o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), contratos assinados com empresas públicas de ATER dos estados de abrangência e empresas privadas e da sociedade civil. Houve também acordos com o MDS para identificar as famílias que serão beneficiárias com recursos do fomento (R\$ 2.400 / família). Essa diversidade traz um potencial de atuação do Projeto muito relevante e traz, por outro lado, também uma certa complexidade.

A missão verificou que o mecanismo de focalização aplicado pelo PDHC II permite atingir a população-alvo com características de pobreza e pobreza extrema. No entanto, o mecanismo de cadastramento das famílias, bem como a aplicação dos critérios de elegibilidade, pode gerar uma segregação nas comunidades entre as famílias atendidas pelos serviços do PDHC II e famílias não-atendidas mesmo atendendo os critérios do projeto. Esta situação pode ser agravada num futuro próximo, quando algumas famílias terão acesso a recursos de fomento. Esta situação tem de ser mitigada o quanto antes.

E. Project implementation

a. Development Effectiveness

Effectiveness and Developmental Focus		
Effectiveness	Rating: 4	Previous rating: 2

Justification of rating

A pesar da complexidade institucional e territorial do Projeto, pode se considerar que houve avanços significativos na definição do arranjo institucional e dos instrumentos contratuais que devem permitir alcançar as metas. Essa evolução significativa da notação se deve também aos significativos avanços num contexto particular, caracterizado pelos seguintes fatos: 1) a ANATER, que coordena todo o trabalho de ATER está em fase inicial de funcionamento e definindo seu modo operatório assim como o sistema de gestão, 2) a contratação da UNB e consequentemente da Cooperativa e do pessoal de campo foi algo complexo e demorado, que se encontra agora operacional, 3) a peculiaridade de cada estado em termos de oferta de serviços públicos e privados de ATER, necessitou um tratamento caso a caso. Do alvo de 74.000 famílias, atualmente 31.575 famílias estão sendo beneficiadas por ATER, com estimativa de alcançar o montante de 60.000 famílias até o fim de 2018.

Log-Frame Analysis & Main Issues of Effectiveness

Com base no planejamento apresentado pelo PDHC II, há uma perspectiva real para o alcance da meta de beneficiar 74.000 famílias.

Atualmente, 31.575 estão sendo beneficiadas por ATER, com estimativa de alcançar o montante de 60.000 famílias até o fim de 2018.

As 14.000 famílias restantes serão beneficiadas por ações que envolvem capacitações de diversas temáticas, assim como acesso às informações sobre as políticas públicas existentes.

Development Focus		
Targeting and Outreach	Rating: 4	Previous rating: 2

Justification of rating

A partir da missão de supervisão de 2017, até hoje, o PDHC II alcançou avanços muito significativos em a focalização e na incorporação de beneficiários, justificando a mudança sensível de nota. A missão verificou em campo e com revisão documental, que o mecanismo de focalização direta, com a aplicação de critérios definidos com o Ministério do Desenvolvimento Social permite atingir a população-alvo com características de pobreza e pobreza extrema em Municípios e territórios priorizados. Estão sendo beneficiadas pelas ações do ATER, 31.575 famílias (representando 50% da meta PDHC II) graças ao convênio realizados com ANATER e as EMATERs. Foram assinados também contratos com algumas empresas privadas e com do terceiro setor, e foram lançados os editais para alcançar a cobertura prevista.

Main issues

A supervisão considera que o mecanismo de cadastramento das famílias, bem como a aplicação dos critérios de elegibilidade, pode gerar uma segregação nas comunidades entre as famílias atendidas pelos serviços do PDHC II e famílias não-atendidas, mesmo atendendo os critérios do projeto. Esta situação pode ser agravada num futuro próximo, quando algumas famílias terão acesso a recursos de fomento. Esta situação deverá ser mitigada o quanto antes.

O PDHC II, buscará medidas cabíveis para evitar essa segregação, transmitindo essas orientações aos coordenadores e técnicos e solicitando às agências públicas estaduais e empresas privadas e organizações, uma proposta operativa que permita planejar, executar e registrar ações (por exemplo, por meio de capacitações) que possa chegar à toda comunidade ou, pelo menos, a uma boa parte dela, no entanto a SEAD destaca que esta ação depende da concordância das instituições parceiras locais, bem como da capacidade destas dentro do valor acordado previamente.

Área de abrangência: É necessário formalizar o mais rapidamente possível, a definição da área de intervenção do projeto ampliada para 11 Estados e um total de 913 municípios. Esta expansão foi acordada em 2016, através de um memorando assinado entre o SEAD e o FIDA e deve agora ser formalmente aprovada através dos canais institucionais pertinentes (SEAIN e FIDA). O FIDA solicitou que isso fosse feito o quanto antes devido aos extensos trâmites para a alteração do contrato. A SEAD indicou que poderá considerar pedir uma extensão do prazo de execução do PDHC II, o que também levaria a uma emenda do contrato de financiamento.

Gender equality & women's participation	Rating: 4	Previous rating: 2
---	-----------	--------------------

Justification of rating

Até o momento, entre as famílias cadastradas, há uma tendência para as mulheres serem como principal beneficiária do Projeto.

As visitas a campo confirmaram que o número de mulheres é de fato mais importante, o que mostra que os critérios de priorização mencionados no MIP estão aplicados.

Além desses aspectos quantitativos, existe um outro elemento estratégico a ser considerado: aproximadamente 70 % dos recursos do fomento estão utilizados para fortalecer ou desenvolver atividades produtivas conduzidas por mulheres, o que vai permitir de forma concreta uma melhor participação das mulheres e de forma mais equitativa.

Enfim nas conversas com as entidades de ATER, tanto públicas como da sociedade civil, existem ações de capacitação diferenciadas para público de mulheres.

Agricultural Productivity

Rating: 3

Previous rating: 3

Justification of rating

A AT deve se focalizar para: i) melhorar as técnicas de base de produção familiares, ii) fortalecer atividades produtivas para mulheres e jovens, iii) melhorar as condições de acesso ao mercado, iv) elaborar propostas para as famílias acessam ao fomento.

Foi identificada a possibilidade de aumentar o recurso por via de emenda parlamentar, com potencial para dobrar o número de famílias nos anos 2019 e 2020.

O apoio a produção e acesso a mercados significa também que a AT possa permitir que os beneficiários conheçam e acessem programas e políticas governamentais.

Produção de mudas de palma: há 8 meses de atrasos e não se iniciou. Até o 15/08/2018 o plano de trabalho que considera o calendário agrícola será atualizado, incluindo a elaboração de um manual com todas as etapas da ação.

Main issues

Serviços de ATER: A missão considera que há possíveis riscos que devem ser abordados: i) processos de diagnósticos demasiadamente demorados provocando uma postergação de ações de AT e Investimentos; ii) Possíveis diferenças entre os serviços prestados pelas agências públicas e os serviços prestados por empresas privadas e organizações da sociedade civil; iii) nível de conhecimento insuficiente, pelos técnicos, das políticas públicas acessíveis pelo grupo-alvo, bem como conhecimentos insuficientes de experiências bem-sucedidas, iv) pouca articulação com outros parceiros; v) Falta de sincronização entre as ações de AT e a implementação dos investimentos e o tempo de AT insuficiente para realizar um apoio adequado aos investimentos; vi) e nível de conhecimento distinto sobre os objetivos e metodologia do PDHC II.

Foram acordados os seguintes pontos: i) Ações e atividades de nivelamento e harmonização através de workshops e capacitações do PDHC II com os atores institucionais, os coordenadores e técnicos das agências públicas e das empresas e organizações contratadas; ii) garantir que a AT, tenha uma incidência sobre o acesso às políticas públicas, o desenvolvimento de estratégias sócio produtivas da família e a replicação de propostas bem-sucedidas e inovadoras iii) A DATER preparará, até o 31 de outubro de 2018, um Manual de Operação detalhado para a prestação de serviços de ATER no campo, como parte do aditivo ao Contrato de Gestão com a ANATER; iv) O PDHC II promoverá um espaço de intercâmbio, em cada Estado, para permitir diálogo entre as entidades prestadoras de serviços; v) O PDHC irá solicitar ao MONITORA relatórios e informações específicas em caso de detectar riscos de manifestação de algumas das dificuldades mencionadas no parágrafo anterior

Nutrition

Rating: 3

Justification of rating

Sendo que a ATER é orientada para apoiar uma melhoria dos cultivos e considerando que o público em situação de pobreza e pobreza extrema, principal beneficiário do Projeto cultiva principalmente para o autoconsumo, há um potencial muito forte para que os serviços de ATER tenham um impacto muito positivo sobre a situação nutricional das famílias beneficiárias.

Outro fator importante sobre a nutrição é o efeito do fomento: mais de 50 % está direcionado para pequenas criações animal como avicultura e produção de hortaliças, com alto nível de autoconsumo, o que terá também um impacto direto sobre a melhoria do nível nutricional das famílias.

Adaptation to Climate Change

Rating: 3

Previous rating: 2

Justification of rating

Os beneficiários, as instituições e os prestadores de serviços entendem o problema das alterações climáticas como uma das questões prioritárias para o desenvolvimento em o semiárido e há preocupação com a frequência e persistência da seca. É por isso que os serviços de ATER do PHDC II foi iniciado, e ainda não suficientes, nesse campo para responder as necessidade e a urgência de medidas para adaptar-se e para a mitigação do fenômeno. Os serviços da ATER de

PDHC II fornecem apoio para a introdução de culturas e criação de animais com sistemas adaptados às alterações climáticas. Um caso concreto é representado pelo financiamento do PDHC II ao projeto (com o IPA) para a produção e distribuição da mudas de palma forrageira e abordagem das políticas públicas para o acesso à água.

Main issues

No entanto, a sensibilização deve ser aprofundada sobre o assunto, e a aplicação de técnicas e processos que favorecem a adaptação ao nível das explorações individuais, uma área em que o progresso é ainda mais baixo. Os esforços devem ser ampliados e devem ser alcançados numa maior cobertura, tendo em conta que as práticas bem-sucedidas podem ser replicadas.

b. Sustainability and Scaling up

Institutions and Policy Engagement	Rating: 4	Previous rating: 2
---	------------------	---------------------------

Justification of rating

Desde a última missão o arranjo institucional do Projeto evolui fortemente: Contrato de Gestão com a ANATER, TED com a Universidade de Brasília (UNB), Convênio com o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), contratos assinados com empresas públicas de ATER dos estados de abrangência e empresas privadas e da sociedade civil. Houve também acordos com o MDS para identificar as famílias que serão beneficiárias com recursos do fomento. A missão avalia a evolução institucional especialmente positiva por o potencial na mudança no oferecimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural. O PDHC fase I trabalhou somente com provedores privados, estabelecendo um nível de alta qualidade nos serviços. O PDHC fase II começou trabalhar com serviços públicos estaduais (60%) e privados (40%), dando opções e informação sobre custos e qualidade aos estados. Adicionalmente, o contrato de avaliação dos impactos dos serviços, assinado com a Universidade de Brasília (UNB), pode criar transparência nos resultados das atividades diferentes bem como estabelecer comparativos e bases para intervenções mais eficientes. Assim tem muito potencial para influenciar no serviço futuro que cada estado irá oferecer e nas suas escolhas. Isso precisaria ainda de análise e divulgação. A realização de um workshop de alinhamento é algo que ficou acordado. Além disso, a entrada em funcionamento dos Comitês (Executivo e Gestor) contribuirá sem dúvida num melhor funcionamento institucional.

Partnership-building	Rating: 4
-----------------------------	------------------

Justification of rating

Na Supervisão 2017 não foi possível atribuir uma nota para este item, uma vez que todas as ações e parcerias foram na fase pré-inicial. Atualmente, em consonância com o resto do progresso geral do projeto, existe um importante avance em consolidação de parcerias e diálogo nos aspectos do desenvolvimento rural e em abordagem do PDHC II. Há um efeito de PDHC II na consolidação de as operações de ATER e consolidação dos EMATERs. Contribuem a as ampliação de parcerias: o Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade de Brasília (UNB); o Convênio com o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA); os contratos com empresas privadas e da sociedade civil. De especial relevância a parceria com o MDS para identificar as famílias que que receberão recursos do fomento (R\$ 2.400 / família).

Main issues

Um desafio do PDHC II é garantir uma uniformidade e sintonia nos serviços prestados e em particular com a ATER. De fato, a diversidade institucional da implementação que ao mesmo tempo constitui uma riqueza baseada na complementaridade, apresenta também alguns riscos. Entre os principais podemos mencionar que a forma de atuação pode variar demasiadamente em função dos estados e das entidades implementadoras. O desafio então é conseguir manter uma unidade na implementação do Projeto que seja também adaptada à diversidade geográfica da área de intervenção. Para isso, a missão recomenda que as modalidades de implementação, sejam definidas e ajustadas na base da concertação e da transparência entre as diversas instituições envolvidas no Projeto. A realização de um workshop de alinhamento é algo que ficou acordado entre FIDA, ANATER e SEAD.

A Supervisão considera que há possíveis riscos que devem ser abordados: i) processos de diagnósticos demasiadamente demorados provocando uma postergação de ações de ATER e Investimentos; ii) Possíveis diferenças entre os serviços prestados pelas agências públicas e os serviços prestados por empresas privadas e organizações da sociedade civil; iii) nível de conhecimento insuficiente, pelos técnicos, das políticas públicas acessíveis pelo grupo-alvo, bem como conhecimentos insuficientes de experiências bem-sucedidas, iv) pouca articulação com outros parceiros; v) Falta de sincronização entre as ações de ATER e a implementação dos investimentos e o tempo de ATER insuficiente para realizar um apoio adequado aos investimentos; vi) e nível de conhecimento distinto sobre os objetivos e metodologia do PDHC II II.

Foram acordados os seguintes pontos: i) Ações e atividades de nivelamento e harmonização através de workshops e

capacitações do PDHC II com os atores institucionais, os coordenadores e técnicos das agências públicas e das empresas e organizações contratadas; ii) garantir que a ATER, tenha uma incidência sobre o acesso às políticas públicas, o desenvolvimento de estratégias sócio produtivas da família e a replicação de propostas bem-sucedidas e inovadoras; iii) O DATER preparará, até o 31 de outubro de 2018, um Manual de Operação detalhado para a prestação de serviços de ATER no campo, como parte do aditivo ao Contrato de Gestão com a ANATER; iv) O PDHC II promoverá um espaço de intercâmbio, em cada Estado, para permitir diálogo entre as entidades prestadoras de serviços; v) O PDHC II irá solicitar ao MONITORA relatórios e informações específicas em caso de detectar riscos de manifestação de algumas das dificuldades mencionadas no parágrafo anterior. As diversidades de parceiros traz um potencial de atuação do Projeto muito relevante e traz, por outro lado, também uma certa complexidade.

A entrada em funcionamento dos Comitês (Executivo e Gestor) contribuirá sem dúvida neste sentido. Porém, em complementaridade ao CE e CG, é necessário definir também em nível central e em cada estado, momentos operacionais relativamente frequentes, que permitam troca de experiência, concertação e alinhamento permanente.

Human and Social Capital and Empowerment

Rating: 4

Previous rating: 2

Justification of rating

É possível justificar a modificação sensível da nota anterior, tendo em conta que o projeto está avançando de forma concreta, cumprindo os objetivos de sua estratégia de focalização, com uma metodologia que visa fortalecer o conhecimento, as capacidades e as organizações, com excelentes perspectivas de sucesso neste campo. A SEAD, o PDHC II e as EMATERs, além das empresas privadas e as da sociedade civil, estão cientes de que existe prioridade de execução de estas atividades. Isso é especialmente presente em EMATERs e empresas que já colaboraram com Projetos financiados por FIDA (por exemplo, projeto Paulo Freire do Ceará). Neste contexto começaram atividades de treinamento focada nas questões de fortalecimento das organizações e de lideranças para dirigentes e membros das comunidades.

Main issues

No entanto, é necessário manter atenção para que na prestação de ATER, as atividades incluam diversos eixos de trabalho, sendo os mais importantes: a) assessoria Técnica para o fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças, e o desenvolvimento das organizações existentes ou novas; b) capacitação e inclusão em políticas públicas para Organizações; c) formação de organizações de jovens; d) Fortalecimento das capacidades das equipes de assessoria; e e) Mobilização e controle social.

A missão considera que há possíveis riscos que podem influir negativamente o que podem gerar diferenças na prestação de serviços a um grupo objetivo: i) processos de diagnósticos demasiadamente demorados provocando uma postergação de ações de ATER e investimentos com possível debilitação de as organizações; ii) diferenças entre os serviços prestados pelas agências públicas e os serviços prestados por empresas privadas e organizações da sociedade civil com diferentes enfoques em o tema de organizações; iii) pouca articulação com outros parceiros; iv) Falta de sincronização entre as ações de ATER e a implementação dos investimentos e o tempo de ATER insuficiente para realizar um apoio adequado aos investimentos que podem ter efeitos negativos em caso de investimentos previstos de forma grupal o a cargo de organizações. É necessário: i) garantir que a ATER, tenha uma incidência sobre o acesso às políticas públicas, o desenvolvimento de estratégias sócio produtivas da família e a replicação de propostas bem-sucedidas e inovadoras em particular em o tema de geração de capacidades e fortalecimento de as organizações; ii) que o PDHC II promova um espaço de intercâmbio, em cada Estado, para permitir um diálogo entre as entidades prestadoras de serviços; v) O PDHC II irá solicitar ao MONITORA relatórios e informações específicas em caso de detectar riscos de manifestação de algumas das dificuldades mencionadas no parágrafo anterior.

Quality of Beneficiary Participation

Rating: 3

Previous rating: 2

Justification of rating

O PDHC II propõe em sua concepção e sua estratégia, uma ênfase nos assuntos de participação e de inclusão, com uma ampla gama de atividades previstas e incluída não-componente 2. Até à data, dado o curto período de tempo de implementação, o progresso foi parcial, embora com boa qualidade dos serviços de ATER nos aspectos de participação e inclusão, no desenvolvimento do cadastramento e no desenvolvimento dos diagnósticos e planos participativos que têm processos de participação dinamizada. Estão pendentes e deverão ser abordadas a partir do quarto trimestre de 2018, os aspectos relevantes da participação das mulheres, dos jovens, dos grupos indígenas e quilombolas, bem como o importante eixo na participação a nível local e Diálogo político estadual e federal.

Main issues

A supervisão encontrou alguma fraqueza na aplicação de metodologias apropriadas de consulta para alcançar todos os grupos comunitários, incluindo os mais vulneráveis, e capturar os diferentes pontos de vista na Comunidade sobre o planejamento participativo dos projetos. A Supervisão considera que essas fraquezas que devem ser superado em breve com medidas e recomendações para os serviços de ATER. De forma semelhante a o mencionado no item sobre a construção do capacidade e organização há riscos em: i) processos de diagnósticos demasiadamente demorados provocando uma postergação de ações de ATER e investimentos com deterioração da participação; (II) possível segmentação de comunidades com possíveis consequências em redução da participação e enfraquecimento das organizações (onde elas existem); iii) Possíveis diferenças entre os enfoques e prioridades assignadas ao tema de participação e de inclusão na parte de os serviços prestados pelas agências públicas e os serviços prestados por empresas privadas e organizações da sociedade civil.

Estão pendentes muitas atividades planejadas pela concepção do PDHC II, na direção da participação, especialmente para as mulheres e jovens. Em geral, a implementação do projeto e os serviços da ATER devem considerar o desenvolvimento de ações e atividades para: a) atividades específicas planejada em o componente 2, para garantir uma alta participação das famílias, incluindo mulheres e jovens; b) atividades de mobilização para a participação de todas as famílias, mulheres e jovens na preparação de planos; c) garantir que mulheres e jovens sejam incorporados nas atividades propostas e participação no dialogo de políticas; d) implementar uma estratégia de gênero que visa fortalecer a participação das mulheres em suas comunidades e assentamentos de reforma agrária sua participação em órgãos de decisão política a nível local, seu acesso às políticas públicas e sua posição econômica. A SEAD conta com um espaço institucional para o tema de gênero.

É necessário desenvolver uma ação pró-ativa do PDHC II para promover a melhor divulgação das informações sobre as políticas e programas públicos da agricultura familiar para todos os grupos e segmentos de beneficiários: (i) organização de eventos para representantes de comunidades (mulheres, homens e jovens, indígenas e quilombolas) para disseminar informações sobre políticas e programas públicos relevantes. O PDHC II I demonstrou que a participação do beneficiário na tomada de decisões foi fundamental para promover a aprendizagem. Em especial, a transferência de fundos do projeto para as associações comunitárias e outras organizações beneficiárias, com foco em a participação, foi um instrumento eficaz que ajudou a melhorar as condições de produção, ao mesmo tempo que liderou o fortalecimento da igualdade de gênero, organização feminina e participação.

Responsiveness of Service Providers

Rating: 4

Previous rating: 2

Justification of rating

Somente será possível analisar a capacidade de resposta das prestadoras de serviços a partir deste ano de 2018 em diante, devido aos atrasos experimentados na execução do Projeto. Mas o Projeto iniciou as parcerias previstas em 2016, como o Contrato de Gestão com a ANATER, e em 2017/2018 o TED com a UNB e os convênio com as entidades públicas de ATER.

Main issues

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), já colocou extensionistas em campo desde 2017 na maioria dos estados atendidos pelo PDHC II. Licitou por meio de Chamada Pública, a contratação de Assistência Técnica a ser prestada por organizações sociais voltadas ao público rural, para complementar os serviços, considerando que as unidades estaduais não possuem pessoal suficiente para o atendimento de todo o público beneficiário.

Os prestadores de Assistência Técnica provenientes do Estado atendem 31.525 famílias beneficiadas pelo PDHC II e as entidades da Sociedade Civil que serão contratadas atenderão a diferença de 28.475 (total de 60.000 famílias beneficiadas).

No âmbito do TED com a UNB, por credenciamento foi estabelecido um contrato de gestão com a FUNAPE, que atualmente está em vias de finalizar as contratações planejadas para o PDHC II. Essa Fundação licitou os serviços de coleta de dados sócio econômicos, ambientais, políticos, produtivos e informações legais e elaboração de relatórios no âmbito do semiárido brasileiro distribuídos em 11 estados sendo: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, localizados em 913 municípios em até 60.000 (sessenta mil) famílias.

A vencedora foi a COOPERFRENTE, que já colocou pessoal em campo e está em execução das atividades contratadas.

O convênio com o IPA para o fornecimento de palma está com grande atraso e com riscos de que, em não havendo uma adequada gestão, não se consiga finalizar a atividade e atingir as metas esperadas para esta ação, pois há entraves para

se iniciar as obras dos poços e do plantio, relativos a obtenção de termo de sessão de uso da terra, porém, as equipes do Projeto estão mobilizadas para a resolução e finalização desta atividade, considerando o curto prazo restante para o projeto.

Environment and Natural Resource Management

Rating: 4

Previous rating: 3

Justification of rating

A EMATERs e as empresas privadas e o sector civil partilham plenamente que as condições do semiárido, e a proposta do PDHC II, implica necessariamente que o fornecimento de ATER, para os aspectos produtivos mas também para os sociais, tem como um eixo geral o tema ambiental e a gerência dos recursos naturais. A Supervisão observou que esta prioridade e esta abordagem de ATER são aplicadas concretamente na divulgação e aplicação de práticas e medidas. A missão encontrou, com visitas de campo e na revisão dos programas de formação e capacitação e de ATER, como os temas relacionados com a gestão sustentável dos recursos naturais nos sistemas de produção sejam abordados sistematicamente (com algumas diferencia entre prestadores de serviços).

Main issues

É prioritário alcançar, no mais curto espaço de tempo possível, uma harmonização na aplicação destes conceitos entre todas as empresas (EMATERs, empresas privadas e do terceiro setor) para que as práticas ambientalmente sustentáveis, como práticas agroecológicas sejam parte integrante da assessoria técnica dispensada a os beneficiários, com serviços ATER focados em BPA e BPM, além de tecnologias específicas para semiárido.

O PDHC II deve prestar muita atenção à qualidade dos serviços prestados, assegurando que as questões ambientais e a gestão dos recursos naturais sejam tratadas com a intensidade prevista, e é necessário manter controle sobre os progressos e os resultados, para sugerir as mudanças de orientação necessárias.

Exit Strategy

Rating: 3

Previous rating: 2

Justification of rating

O PDHC II não tem uma estratégia de saída definida. O projeto deve incluir na estratégia de implementação e operações no campo, especialmente para a ATER, uma perspectiva de sustentabilidade. No entanto no caso da ATER fornecida pelo setor público, há perspectivas de sustentabilidade e continuidade que se fundamentam na disponibilidade dos serviços estaduais e dos custos reduzidos. Já no caso de empresas privadas é improvável que haja continuidade. Em ambos os casos, o PDHC II, a partir de 2019, deve exigir das empresas públicas e privadas, um planejamento de atividades que incluam uma proposta de "como" pode ser alcançada uma conclusão eficiente e eficaz das atividades contratadas, com uma perspectiva de sustentabilidade, consolidação e apropriação. Nesse sentido, a introdução dos serviços estaduais públicos de extensão no projeto há criado a base para a estratégia de saída, que segundo o acordo com a missão a equipe do PDHC irá definir.

Potential for Scaling-up

Rating: 4

Previous rating: 2

Justification of rating

O projeto apresenta um grande potencial de scaling up. Vários fatores foram identificados: 1) a um interesse muito forte por parte da SEAD e da ANATER de poder abranger um maior número de beneficiários, 2) além das 60.000 famílias em situação de pobreza e pobreza extrema beneficiadas pelo projeto existe ainda um número importante de famílias que não foram atendidas com serviços de ATER apesar de atender aos critérios de seleção e priorização. Essas famílias não atendidas se encontram inclusive nas mesmas comunidades onde estão atendidas famílias pelo Projeto.

Um outro potencial importante de scaling up está no número de famílias que acessam ao fomento e que poderia aumentar significativamente.

c. Project Management

Quality of Project Management

Rating: 4

Previous rating: 2

Justification of rating

O Projeto demonstrou uma sensível melhora no seu nível de gestão e administração. A CGGP/SDR/SEAD e a UGP em Recife têm tomado uma postura bastante proativa de modo a garantir a execução e o cumprimento das metas e acordos. As Portarias 231 e 233 de 04/2018 estabelecem formalmente o Comitê Executivo e o Comitê Gestor, passo decisivo na governança. Além disso, a gestão do projeto realizou num breve período contratos com um numero elevado de serviços estaduais e privados para iniciar a assistência técnica e extensão rural na área do projeto. Se realizou também uma

expansão da área do projeto de 7 a 11 estados, que está em processo de formalização, resultando num atendimento maior de beneficiários. Além disso, a gestão do projeto assegurou um serviço independente de M&A, e aumentou os desembolsos consideravelmente. Um desafio restante para a gestão será integrar as equipes do da UNB nos estados e no campo, para garantir uma interlocução clara e complementares com os parceiros: as agências públicas estaduais, as empresas privadas e entidades do terceiro setor bem como de serviço aos beneficiários.

Main issues

Devido a complexidade do projeto tanto de ponto de vista institucional, como territorial e considerando também a necessidade de definir novos instrumentos de trabalho (forma de atuação inovadora tanto para a SEAD como para a ANATER) pode-se considerar que a gestão do projeto teve um salto qualitativo significativo desde a última missão. Todos os instrumentos estão assinados e permitem iniciar as atividades em campo.

Knowledge Management	Rating: 4	Previous rating: 2
-----------------------------	------------------	---------------------------

Justification of rating

É necessário dedicar mais esforços a este tema, embora PDHC II tem presente e prioriza a necessidades de desenvolver atividades de KM. Até agora se há realizado três Seminários Internos: a) Diálogo a respeito do Projeto D. Hélder Câmara (PDHC II) e demais projetos desenvolvidos no âmbito do SEAD; b) Diálogo a respeito das funções e da dinâmica da ANATER; c) Diálogo a respeito do PDHC II e ações do FIDA. Dos estudos foram feitos de análises sobre os projetos de investimento, infraestrutura e serviços no âmbito da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e do PDHC II, um estudo foi em relação a sistematização das principais iniciativas e estratégias adotadas na primeira fase do PDHC II e dois foram realizados sobre as mídias sociais, no Estado de Pernambuco e no Semiárido Mineiro.

Main issues

O PDHC II e a missão concordam que, a partir do último trimestre de 2018, o PDHC II deverá ter uma proposta de planejamento das atividades de gestão do conhecimento e divulgação de informações. Essas atividades deverão utilizar os relatórios e banco de dados dos provedores de serviços, o trabalho do MONITORA (UNB) e continuar e ampliar estudos especiais em parceria com instituições públicas e privadas. Centrar-se-ão em: i) sistematização e intercâmbio de experiências bem-sucedidas; ii) diálogo entre o projeto e as instituições setoriais. Adicionalmente o PDHC II deverá fortalecer o sistema de comunicação e divulgação sendo aconselhável valorizar e revitalizar o site já existente do PDHC II. Por intermédio do MONITORA será potencializada a participação do PDHC II nas ações do Programa Semear Internacional de Gestão do Conhecimento (FIDA/IICA). Também será explorada a possibilidade de participar e integrar o PDHC II nas ações previstas pelo acordo SEAD-FAO, (Plataforma de intercambio sobre ATER em América Latina y Caribe) para gestão do conhecimento.

Value for Money	Rating: 3
------------------------	------------------

Justification of rating

O atraso de execução reduz a probabilidade de criar uma operação muito eficiente, mas o projeto mostrou uma boa capacidade de mudar a situação. Os serviços estaduais custam menos que os privados e são mais sustentáveis a longo prazo. Sem embargo, o estágio de implementação do Projeto ainda não permita verificar de forma integral a qualidade da prestação dos serviços contratados, devido a execução ter iniciado recentemente. Os valores e indicadores contratuais estão, a princípio, condizentes com a quantidade de estados a serem atendidos pelo Projeto e a realidade do mercado.

Coherence between AWPB and Implementation	Rating: 3	Previous rating: 2
--	------------------	---------------------------

Justification of rating

O POA de 2018 inclui as atividades e investimentos necessários para executar as ações planejadas. Além disso, inclui investimentos que apoiam a operação das atividades da ANATER e do TED com a UnB. A execução está sendo realizada em conformidade com o POA, tanto em termos de atividades, assim como de custos.

AWPB Inputs and Outputs Review and Implementation Progress

Até o presente momento, a execução financeira do POA de 2018 é extremamente baixa, onde o valor previsto de R\$ 53.849.682,95, foi executado apenas R\$ 898.932,93, ou seja, 1,6%. Nas metas de 2018 consta alcançar 35.000 famílias beneficiadas por ATER, e outras atividades que irão beneficiar as mesmas famílias. Atualmente, 31.575 famílias estão sendo beneficiadas pelas ações do Componente 02, graças aos recentes convênios realizados com as entidades de ATER. Os demais componentes, não houve ações com inclusão de beneficiários. A execução física-financeira do POA 2018 está em 12% devido aos recentes convênios realizados com as entidades de ATER.

Performance of M&E System	Rating: 4	Previous rating: 2
--------------------------------------	------------------	---------------------------

Justification of rating

Atualmente, na equipe de M&A há dois profissionais com dedicação parcial, onde desempenham outras responsabilidades além do M&A.

O PDHC II utiliza as informações provenientes do sistema SGA, no qual monitora as ações do Projeto em campo. Com base nesses avanços, são realizados ajustes na implementação, como por exemplo, o enfoque em gênero. Há também o projeto Monitora, onde são/serão extraídos dados sobre a qualidade da implementação das ações.

M&E System Review

Sistema de monitoramento SGA: A missão verificou que o sistema SGA, elaborado e implementado pela ANATER, está operante e sendo utilizado pelas entidades de ATER. Ficou acordado que o SGA será atualizado, e será capaz de fornecer informações sobre os recursos financeiros captados pelos beneficiários em relações às políticas públicas acessadas no decorrer do Projeto, desembolsos, entre outras informações.

Projeto Monitora: Executado via Termo de Execução Descentralizada (TED) com a UNB, tem como objetivo de auxiliar na avaliação e no monitoramento de políticas públicas da agricultura familiar integradas de assistência técnica e extensão rural, comercialização, fomento produtivo individual e fomento produtivo coletivo no âmbito das ações do Projeto. Com um total de 82 agentes de campo e 11 coordenadores estaduais e 4 nacionais (total de 97 colaboradores), além de executar a linha de base e avaliação final de impacto, deverá auxiliar a SEAD na avaliação e no monitoramento de políticas públicas, dando apoio aos técnicos de ATER. O FIDA recomenda que os agentes de campo desenvolvam outras atividades além de aplicar questionários, por exemplo, auxiliar na articulação do Projeto com outras intervenções locais, sendo informado pela SEAD que está sendo providenciado.

Linha de Base (LB): A LB está em processo inicial de execução. Com um total de 82 agentes de campo e 11 coordenadores estaduais e 4 nacionais, todos estão aptos para início imediato das atividades de pesquisa em campo. A RMT destaca a preocupação com este tema, uma vez que as ações do Projeto foram iniciadas e a LB ainda não está concluída. Fica acordado que o Projeto não medirá esforços para sanar este problema e que, pelo menos a etapa de campo estará finalizada em até 90 dias (para 07 estados), a partir do início da pesquisa em campo e até 45 dias adicionais para os estados da Bahia e Minas Gerais.

Relatório Técnico de Progresso (RTP): O RTP referente ao 1º semestre de 2018 foi entregue no prazo estipulado.

Requirements of Social, Environmental and Climate Assessment Procedures (SECAP)

Rating: 3

Justification of rating

No momento da elaboração do projeto não foi exigido elaborar a nota SECAP. Pelo pequeno porte das ações apoiadas pelo projeto, não há riscos de impactos ambientais negativos. A missão recomenda que: i) os temas relacionados com a gestão sustentável dos recursos naturais nos sistemas de produção sejam abordados durante todas as capacitações (técnicos e público beneficiário) e ii) que práticas ambientalmente sustentáveis, como práticas agroecológicas sejam parte integrante da assessoria técnica dispensada aos beneficiários.

d. Financial Management & Execution

Disbursement by financier

Type	Name	Current Amount	Disbursed Amount	Actual Rate
Domestic Financing breakdown	Beneficiaries	\$25,200,000		
	National Government	\$44,005,000	\$2,572,516	5.8%
	Other Domestic	\$38,095,000	\$13,301,090	34.9%
Co-financing breakdown,	Spanish Fund	\$15,000,000	\$1,676,684	11.2%

Acceptable Disbursement Rate

Rating: 2

Previous rating: 2

Justification of rating

Dos dois financiamentos FIDA foi desembolsado o valor total equivalente a USD 2.581.318,58, (16% do total do financiamento externo), sendo do IFAD 2000000436 = USD 549,765.88 e do Contrato IFAD 2000000437 = EUR

1,770.456,39. Há uma perspectiva de desembolso ainda no ano de 2018 de USD 6 milhões, o que elevará para 50 % a taxa de desembolso.

Main issues

Verifica-se a necessidade de realocação das Categorias de Desembolso estabelecidas no Acordo de Empréstimo para contemplar o realinhamento das ações pactuadas. A missão acordou que a SEAD irá iniciar a partir desta missão, o processo para solicitação desta realocação junto à SEAIN e ao FIDA a fim de possibilitar o adequado desembolso.

A execução financeira do PDHC II até 30/6/2018 é de R\$ 54.769.439,00 equivalentes a USD 16.575.395,20 (13% do valor total), sendo 5% de fundos FIDA; 4% de fundos espanhóis; 19% de contrapartida do governo, sem aportes ainda da contrapartida dos beneficiários a ser apurada via ANATER. O PDHC II possui contratos com saldos a repassar no valor de aproximadamente R\$ 161 milhões (USD 43,5 milhões) em contratos com as empresas públicas e privadas de ATER, UNB e IPA.

Fiduciary Aspects

Quality of Financial Management

Rating: 4

Previous rating: 2

Justification of rating

Os arranjos de gestão financeira são moderados e requerem uma especial atenção devido à baixa execução e desembolsos, ao complexo fluxo dos recursos advindos de diversas fontes e moedas, da adequada previsão orçamentária, da regular realização de auditoria; o Sistema governamental é preciso e eficiente, embora não permita a contabilização de toda a contrapartida de outras fontes do governo e geram uma fragilidade na geração de relatórios contábeis consolidados do Projeto. Aliado a estes, há o desafio de estabelecer as rotinas para contabilização da contrapartida. A missão verificou que as ações para superar estes pontos estão sendo tomadas e vislumbra que, mantendo esta atenção, poderá, em pouco tempo chegar a um adequado nível de gestão financeira.

Main issues

Organização e Pessoal: A equipe financeira é composta por um Gerente Administrativo-Financeiro na UGP, outros profissionais na SEAD e supletivamente pelo pessoal SPG/SEAD em Brasília, que cumprem as responsabilidades de gestão de orçamento, contabilidade e desembolsos.

Planejamento: O POA 2018 de R\$ 54 milhões, sendo R\$ 38 milhões FIDA e R\$ 16 milhões de Contrapartida não possui o necessário orçamento. Foram disponibilizados R\$ 24,2 milhões da fonte FIDA, e R\$ 2 milhões de contrapartida o que permite um razoável avanço nos acordos firmados, sendo ainda necessário R\$ 13,8 milhões da fonte FIDA. A missão acordou com a SEAD que para o POA de 2019 serão necessários R\$ 33,8 milhões da fonte FIDA e esta será a proposta mínima, além dos recursos de contrapartida.

Controles Internos: O Manual Financeiro é satisfatório, porém este será complementado a fim de refletir os fluxos quanto ao fluxo de informações dos aportes das contrapartidas. O DATER irá estabelecer um Manual Normativo no âmbito do Contrato com a ANATER para melhor governança e fluxo de informações.

Conta Designada: Sob a gestão da STN, na moeda do desembolso, seus recursos são internalizados em Reais mediante solicitação da SEAD/UGP. A missão se reuniu com a CONFIN/STN a fim de acompanhar a liquidez frente aos volumosos repasses à UNB e ANATER no 2º semestre de 2018. Avaliou que uma elevação do teto das contas faz-se necessária, que devido às pendências de auditoria, esta será apreciada internamente no FIDA.

Contabilidade e relatórios: A missão informou à UGP sobre as novas Diretrizes de Relatórios Financeiros do FIDA a serem aplicadas a partir de 2019 que estabelece um formato padrão de relatório.

Fluxos de fundos: Os fluxos de fundos do projeto possuem certa complexidade uma vez que os recursos tramitam da STN para a SEAD que por sua vez os repassa para as seguintes operações: i) para a UGP, para seus gastos; ii) para a ANATER que repassa às empresas públicas e privadas e retenção de sua taxa de administração; iii) para a UNB que repassa a uma Fundação credenciada, que por sua vez realiza gastos diretos e para uma cooperativa que provê agentes de campo para a projeto Monitora. A missão verificou os instrumentos de repasse e prestação de contas no nível da UNB/Fundação e percebeu satisfatória. A missão acordou com a UNB que esta fornecerá à SEAD um planejamento detalhado dos custos totais do TED, por ano, em especial sobre o contrato com a Cooperativa.

Sistema de Gestão Contábil: O Sistema SIAFI é suficiente para a realização de prestação de contas financeiras do uso de recursos da ação PDHCII/SEAD. Entretanto, devido ao grande volume de recursos, relatórios e adequada gestão, a missão recomenda a adequação do sistema do PDHC antigo ou a contratação de um sistema para a geração de relatórios gerenciais consolidados das diversas fontes de contrapartida, o acompanhamento da execução em relação ao POA e a implementação acumulada de toda a vida do Projeto. Esse sistema poderá ser coberto com o financiamento da fonte FIDA.

Agreed Action	Responsibility	Agreed Date
Financial Management & Execution		
Termos de referência de Auditoria para 2018 Termos de referência de Auditoria para 2018 serão acordados com o FIDA até 30/10/2018.	Unidad financiera	10/2018
Sistema para a geração de relatórios gerenciais consolidados Adequação do sistema do PDHC antigo ou a contratação de um sistema para a geração de relatórios gerenciais consolidados das diversas fontes de contrapartida, o acompanhamento da execução em relação ao POA e a implementação acumulada de toda a vida do Projeto.	Unidad financiera	11/2018
Manual Normativo no âmbito do Contrato com a ANATER DATER irá estabelecer um Manual Normativo no âmbito do Contrato com a ANATER para melhor governança e fluxo de informações.	DATER	11/2018
Manual Financeiro Manual Financeiro complementado a fim de refletir os fluxos quanto ao fluxo de informações dos aportes das contrapartidas. 30/11/2018	Unidad financiera	11/2018

Quality and Timeliness of Audit

Rating: 2

Previous rating: 4

Justification of rating

A missão teve reunião com os auditores federais que informaram, e enviaram uma carta (em anexo) com explicações, que devido a alta demanda que eles tiverem neste ano de 2018 por determinação do Tribunal de Contas da União, ficaram sobrecarregados e não foi possível realizar a auditoria no primeiro semestre de 2018 e se comprometeram a realizá-la no início do 2º semestre e entregar o Relatório de Auditoria impreterivelmente até 31/10/2018. Comentaram também que neste relatório de 2017 virá as considerações relativas aos apontamentos do Relatório de Auditoria de 2014, 2015 e 2016. A situação no momento da missão é de descumprimento do prazo em 30 dias.

Main issues

O Relatório de Auditoria referente aos anos de 2014, 2015 e 2016 entregue após o prazo pactuado, em 30 de setembro de 2017 com Opinião adversa. A Opinião Adversa é emitida quando o auditor determina que as demonstrações financeiras de uma entidade auditada apresentam distorções relevantes e, quando consideradas como um todo, não se conformam com os Princípios Contábeis Estabelecidos. É considerado o oposto de um parecer sem ressalvas ou limpo, essencialmente, afirmando que a informação contida é materialmente incorreta, não confiável, e imprecisa, a fim de avaliar a posição financeira e os resultados das operações da entidade auditada. O FIDA e os governos não aceitam demonstrações financeiras de uma entidade auditada se o auditor emite um parecer desfavorável e, solicitam ao auditado para corrigir as demonstrações financeiras a fim de obter um outro relatório de auditoria. Considerando que o Projeto respondeu aos itens do Relatório a fim de proporcionar as informações apontadas que deram base à opinião adversa, o FIDA solicitou à Ciset um Relatório de Auditoria de 2014/15/16 complementar, a luz da manifestação do Projeto e uma nova avaliação e opinião dos auditores satisfatória ao FIDA, o que não ocorreu até o momento. A missão acordou que a SEAD, por meio de Controle Interno irá fazer gestão junto à Ciset para a regularização deste ponto.

Relativo à auditoria das contas de 2017, a Missão verificou que os trabalhos de auditoria ainda não foram iniciados e foi informada que a Ciset irá fazê-la no último trimestre de 2018 devido ao alto volume de trabalhos conferidos a esta Ciset em 2018. A missão esclareceu à SEAD sobre os ritos internos do FIDA quanto a indisponibilidade do referido relatório na data pactuada e seu limite para entrega que poderá gerar a suspensão dos desembolsos a partir de 2019. A missão vê com grande preocupação este ponto e acordou com a SEAD seu acompanhamento de perto junto à Ciset para que a auditoria seja realizada e seu relatório entregue antes deste limite.

A missão apresentou à SEAD as novas diretrizes do FIDA de Auditoria e Relatórios Financeiros a vigor a partir de 2019 relativa às contas de 2018 e solicitou que agende com a Ciset para a sua realização no primeiro trimestre de 2018 a fim de entrega do seu relatório até o prazo contratual de seis meses após o fim do ano fiscal (30/6/2019). Para tanto os

termos de referência para 2018 serão acordados com o FIDA até 30/10/2018.

Counterparts Funds	Rating: 6	Previous rating: 3
--------------------	-----------	--------------------

Justification of rating

Não houve dificuldade de aporte de contrapartida no ano de 2018 e quanto ao POA 2017 o valor aportado pelo governo federal de R\$ 48 milhões foi acima do planejado de R\$ 32 milhões. O POA 2018, que possui o valor de R\$ 16,6 milhões de contrapartida, ainda não necessitou de aportes, contudo há disponibilidade de orçamento e recursos financeiros.

Main issues

A contrapartida executada do PDHC II até 30/06/2018 foi de USD 15,8 milhões (15% do valor total), composta por recursos da SEAD da ação do PDHC e de aportes à ANATER. O PDHC possui aportes já em contratos firmados com recursos de contrapartida no âmbito da ANATER de R\$ 103 milhões (USD 27,8 milhões) e das empresas públicas de ATER, R\$ 61 milhões (USD 16,5 milhões), e a como previsão na sua matriz de investimentos os valores de USD 6,3 milhões de recursos da SEAD e USD 14,5 milhões via MDS/BSM, entre outras. Esta matriz alcança os recursos pactuados no contrato, excluindo os dos beneficiários. A missão acordou que a SEAD irá monitorar estes aportes para o alcance do valor pactuado.

A contrapartida dos beneficiários em sua maioria oriundos de acesso a crédito e a outras políticas públicas será apurada via SGA/ANATER, conforme acordado com a SEAD e a ANATER. Foi acordado também com a ANATER que irá prover no SGA relatório de execução financeira segundo o avanço dos aportes das contrapartidas das empresas públicas contratadas para envio à SEAD.

Para fins de contabilização da contrapartida de diversas fontes, foi acordado que a UGP/PDHC/SEAD irá articular um fluxo de informações dos responsáveis pela execução dessas outras fontes (por exemplo, DATER/SEAD, ANATER e MDS) de forma a apresentar relatórios periódicos dos pagamentos/repasses, em formulário próprio a ser disponibilizado pela UGP/PDHC, a fim a ser enviada ao FIDA por meio de Declarações de Gastos e para consolidação na contabilidade geral do Projeto

Compliance with Loan Covenants	Rating: 3	Previous rating: 3
--------------------------------	-----------	--------------------

Justification of rating

O PDHC II está pendente quanto apresentação de relatório satisfatório ao FIDA relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016; e não apresentou o relatório de auditoria do ano de 2017, cujo prazo findou em 30/6/2018. A previsão orçamentária correspondente ao POA acordado com o FIDA é outro ponto pendente de cumprimento. A missão identificou que ações estão sendo implementadas para o atendimento integral às cláusulas do Acordo.

Main issues

O PDHC II possui UGP estabelecida, entregou o relatório de progresso e o POA/PAC está atualizado. Porém há pendências quanto à apresentação de relatórios satisfatórios ao FIDA relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016.

O relatório da auditoria do ano de 2017, cujo prazo findou em 30/6/2018, não foi entregue. Nesse entendimento o FIDA realizou reunião com a Ciset, órgão de fiscalização do Governo Federal responsável por auditar os projetos vinculados à Secretaria Especial da Presidência da República, como o PDHC II. A equipe do FIDA mencionou os riscos fiduciários relativos a não entrega do relatório no período previsto e os Coordenadores explicitaram os motivos do atraso na realização da auditoria, deixando agendada a entrega para 31 de outubro de 2018, o que ameniza a situação.

Procurement

Procurement	Rating: 4	Previous rating: 4
-------------	-----------	--------------------

Justification of rating

A missão identificou que o momento atual do Projeto é de agilidade na execução dos contratos necessários ao atendimento das metas previstas, apesar do atraso inicial. O arranjo (desenho) de aquisições do projeto é descentralizado, o que trouxe agilidade, mas em compensação traz reflexos em alguns casos de possível perda de qualidade, como no caso da modalidade de contratação de pessoal por parte da Cooperativa contratada para realizar a coleta de dados dos beneficiários do PDHC II. Destarte que a equipe do Projeto já buscou medidas mitigatórias junto à

COOPERFRENTE para sanar as ineficiências identificadas.

Procurement Review

O PDHC II passou por atraso em sua implementação, iniciando seus processos de licitações somente em 2018, onde houve um avanço no âmbito do TED com a UNB. A missão identificou que a UNB contratou a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), entidade credenciada pela própria Universidade de Brasília por meio de seu regramento interno. A FUNAPE contratou por meio do Edital 001/2018 de Técnica e Preço a COOPERFRENTE, para realizar a coleta de dados sócio econômicos, ambientais, políticos, produtivos e informações legais com elaboração e relatórios. Esta seleção ocorreu com base no Decreto nº 8.241 de 21/05/2014. O Decreto menciona que as seleções públicas serão divulgadas no site eletrônico da fundação de apoio e no portal de compras do Governo Federal, porém, no processo administrativo foi identificada somente a publicação no site da FUNAPE. Houveram apenas duas proponentes que foram avaliadas tecnicamente, sendo vencedora a COOPERFRENTE, atendendo aos requisitos do edital. Foram licitados pela FUNAPE (i) a Ferramenta Tecnológica para avaliar e monitorar as políticas públicas de ATER no âmbito do PDHC, onde foi contratada a empresa WEBSIS, por menor preço global, com licitação divulgada no site da Fundação, e (ii) empresa de organização de eventos para apoiar as oficinas e capacitações nos onze estados de atuação do PDHC II, cujo certame está em vias de adjudicação de proponente vencedora. **A missão recomenda** que caso haja outras contratações, que a FUNAPE dê divulgação mais ampla aos certames para o PDHC também no portal do Governo Federal, proporcionando assim maior concorrência.

Foi identificado na missão que os agentes de campo providos pela COOPERFRENTE responsáveis pela coleta de dados por meio de formulários digitais, não passaram por processo de seleção. Foram mobilizados nas regiões de atendimento do PDHC para serem cooperados e atuar para o PDHC II. A UGP informou que esta mobilização foi feita dentre os cooperados da COOPERFRENTE na região. A visita de campo durante a missão identificou que muitos cooperados não demonstravam perfil adequado para atuar com os beneficiários. Por isso, alguns já foram substituídos devido a esta não conformação, que é avaliada de forma sistemática. **A missão recomenda fortemente** que a COOPERFRENTE acompanhe a gestão desses serviços, zelando para que atuem no projeto técnicos em condições de formação e experiência adequadas às tarefas, provendo a substituição dos identificados (como já ocorreu) como inadequados por não gerar os resultados previstos. Além disso, foi identificado que em alguns locais, os agentes de campo não atuam de forma integrada e em parceria com os técnicos de ATER, gerando desalinhamentos principalmente pelo entendimento equivocado sobre suas atuações, por entender que devem fiscalizar, a SEAD informou que juntamente com a ANATER está providenciando o envio de um ofício para as empresas públicas a fim de haver um alinhamento.

Grande atraso foi identificado no Convênio IPA, para fornecimento das Palmas para os beneficiários. **A missão recomenda** à UGP agilizar até o 17/08/2018 o termo de sessão de uso da terra, rever cronograma considerando prazo de plantio e entrega das palmas, com adequada logística e possibilidade de plantio por parte dos beneficiários.

F. Relevance

Relevance

Rating: 4

Justification of rating

O projeto é bastante relevante pelos pontos seguintes: 1) há uma necessidade evidente de apoio com ATER e fomento por parte das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, 2) o fornecimento de ATER acoplada a fomento é altamente relevante e produz resultados significativos, 3) a proposta do projeto de fornecer ATER de forma complementar entre entidades públicas, empresas privadas e organizações da sociedade civil se apresenta como uma forma relevante de buscar sinergia e maior abrangência.

G. Lessons Learned

Referente contratação em arranjo descentralizado

Para projetos em que se opte por descentralização da execução, o que implica acatar regimento nacional e não o do agente financiador, é de suma importância que o mutuário, tomador do empréstimo, busque meios de gestão compartilhada de forma a ter governança sobre o andamento da execução, primando por qualidade na prestação dos serviços.

Governança

O projeto é executado sob a responsabilidade da SEAD, com uma Coordenação em Brasília e uma PMU em Recife, na presença de uma significativa complexidade institucional (11 Estados, EMATERs, empresas privadas e o terceiro setor) e com frequentes mudanças institucionais. Observou-se que o projeto melhorou significativamente seu desempenho a partir de 2017, quando duas condições foram dadas: a) forte liderança e capacidade de articulação e coordenação de SEAD; b). o esforço fundamental do FIDA no diálogo político e no acompanhamento **permanente** do processo, fornecendo sugestões e resolvendo eventuais dificuldades. Estas duas condições permitiram manter uma rota correta e manter as Autoridades Federais informadas, na presença de mudanças de autoridades políticas e administrativas.

Targeting

O PDHC utiliza uma metodologia de "segmentação direta". Foram recolhidas duas lições: a) a primeira, refere-se à importância da participação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) na identificação do grupo-alvo, usando sua base de dados para priorização dos municípios e das famílias, assegurando desta forma a homogeneidade dos critérios aplicados em todos os 11 Estados e transparência no processo; b) a segunda lição é que devem ser aplicadas medidas para atenuar o risco de que, dentro das comunidades, a aplicação desta metodologia selecione apenas algumas famílias, segregando o restante que não satisfaz "exatamente" com os critérios estabelecidos, com consequente risco de enfraquecimento do tecido social local.

H. Agreed Actions

Agreed Action	Responsibility	Agreed Date
Financial Management & Execution		
Termos de referência de Auditoria para 2018 Termos de referência de Auditoria para 2018 serão acordados com o FIDA até 30/10/2018.	Unidad financiera	10/2018
Sistema para a geração de relatórios gerenciais consolidados Adequação do sistema do PDHC antigo ou a contratação de um sistema para a geração de relatórios gerenciais consolidados das diversas fontes de contrapartida, o acompanhamento da execução em relação ao POA e a implementação acumulada de toda a vida do Projeto.	Unidad financiera	11/2018
Manual Normativo no âmbito do Contrato com a ANATER DATER irá estabelecer um Manual Normativo no âmbito do Contrato com a ANATER para melhor governança e fluxo de informações.	DATER	11/2018
Manual Financeiro Manual Financeiro complementado a fim de refletir os fluxos quanto ao fluxo de informações dos aportes das contrapartidas. 30/11/2018	Unidad financiera	11/2018

Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil

Logical Framework

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2018)	Cumulative Result (2018)	Cumulative Result % (2018)	Source	Frequency	Responsibility	
Outreach	1.b Estimated corresponding total number of households members							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Household members	0		296 000	126 300	126 300	42.7				
	1.a Corresponding number of households reached							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Households	0		74 000	31 575	31 575	42.7				
	1 Persons receiving services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Males	0			20 380	20 380					
	Total number of persons receiving services	0			31 575	31 575					
	Females	0			11 195	11 195					
	Groups that receive services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Groups	0		3 300	1 688	1 688	51.2				
	Communities that receive services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Communities	0		3 300	1 688	1 688	51.2				
Goal Contribute to reduce rural poverty and inequality in the Semi-arid Northeast	People living in extreme poverty in the project area (00.00.03)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System	End of Project	RIA	
	Reduction of extreme poverty	0		30	0	0	0				

	Project beneficiaries of productive investments living in extreme poverty (00.00.02)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	End of Project	RIA		
	Reduction of extreme poverty	0		70	0	0				0	
	Assets of families attended by the Project with technical assistance and productive investments (00.00.01)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	End of Project	RIA		
	Increase in Assets of Beneficiaries' Households	0		35	0	0				0	
Objective To contribute to the reduction of rural poverty and inequalities in North-east's semiarid by improving the coordination of sustainable rural development policies, the access of the population to public policies, and the design of public policies through the scaling-up of innovations	Families are better informed on public policies and programmes (00.00.04)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit	Policies that promote rural poverty reduction are followed	
	Families	0		74 000	31 575	31 575					42.7
	Families are able to access public policies and programmes (00.00.04)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit		
	Families	0		45 000	0	0					0

Families benefiting from TA and productive investment increase their production on average 25% (00.00.05)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		27 000	0	0	0			
Families benefited by projects financed by IFAD and State governments are benefited indirectly by the adoption of innovations developed by the PDHC (00.00.07)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		243 000	0	0	0			
1.1.5 Persons in rural areas accessing financial services							03.01.01.02		
Total persons accessing financial services - credit									
Women in rural areas accessing financial services - credit									
Men in rural areas accessing financial services - credit									

	Poor and extreme poor rural families are benefited indirectly by the improvement of public policies and programmes (00.00.08)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit		
	Families	0		1 000 000	0	0					0
Outcome C1. Public policies for reducing rural poverty and inequalities improved	Increase of women and traditional communities representatives participating in Instances Collegiate (01.02.03)						Statistical data IBGE; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Report of Territorial Collegiates; Quantitative and Qualitatives studies on gender inclusion; Mission reports;	Annual	Project M&E Unit	Continuation of public policies for poverty reduction; conducive environment for coordination of public policies and programmes within MDA and in Territorial Collegiate Body.	
	Increase of women and traditional communities representatives	0		30	0	0					0
Outcome C3. Family farmers´ agricultural and livestock sustainable production transformed and enhanced	Women, young people, indigenous families, and families of quilombola communities develop new income-generating activities (03.02.03)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit	Timely allocation of counterpart funds; providers remain conducive to deliver TA services; droughts at acceptable ranges and continuity of investment for accessing water.	
	Young people	0		1 100	0	0					0
	Women	0		4 500	0	0					0
	Quilombola families (ten families per group)	0		280	0	0					0
	Indigenous families (ten families per group)	0		260	0	0					0

Families accessing public purchase programmes (PAA, PNAE) (03.03.01)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		10 800	0	0	0			
Families receive technical assistance (03.01.01)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		60 000	31 575	31 575	52.6			
Families accessing differentiated markets (organic, fair trade) (03.03.02)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		2 700	0	0	0			
Families access non-refundable funds (programa Brasil Sem Miséria BSM) (03.01.01.01)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		17 700	0	0	0			

Families reporting an increase in production (03.01.01.03)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		80	0	0	0			
Families diversify their productive systems (03.01.01.04)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		13 500	0	0	0			
Families embrace new technological practices (03.02.01)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		16 200	0	0	0			
Families introduce a new product at least (03.02.02)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Families	0		20 000	0	0	0			

Output C1. Public policies for reducing rural poverty and inequalities improved	Systematization of experiences and good practices (01.03.01)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit	Continuation of public policies for poverty reduction; Conducive environment for coordination of public policies and programmes within MDA and in Territorial Collegiate Body.	
	Systematizations	0		24	0	0					0
	Innovative methodologies adopted for public institutions and at least one innovative technooogy adopted for each project financed by IFAD in the Nort East area. (01.03.02)										
	Methodologies	0		6	0	0					0
	AT providers with improved capacities. (01.04.01)										
	Women	0		50							
	AT Providers	0		250	447	447	178.8	Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit	
	T Providiers										
Output C2. Rural communities, agrarian reform settlements and organizations/associations, especially women and young people, mobilized and their capacities developed	Mobilized families with developed capacities. (02.01.01)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit	Continuation of public policies for poverty reduction.	
	Families	0		27 000	0	0					0

Quilombola and indigenous communities benefited (02.01.02)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Communities	0		54	0	0	0			
Leaders of rural communities settlements trained. (02.01.03)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Leaders	0		6 000	0	0	0			
2.1.2 Persons trained in income-generating activities or business management									
Persons trained in IGAs or BM (total)			6 000	0	0	0			
Community organizations participate in Instances Collegiate (02.03.01)							Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
Organizations	0		300	0	0	0			

	Women groups are created and are operational (02.04.01)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
	Women	0		4 500	0	0			
	Women groups	0		450	0	0			
	Young people with more capability due to the involvement in trainings (02.05.01)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
	Young	0		1 100	0	0			
	Radio programmes, videos and scripts about public policies and programmes elaborated and broadcasted (02.02.01)						Statistical data IBGE; Baseline study; RIMS Report; Final evaluation; Report of M&E System; Survey to Beneficiaries	Annual	Project M&E Unit
	Radio programmes	0		9	0	0			
	Scripts	0		12	0	0			
	Videos	0		6	0	0			
Outcome	1.2.4 Households reporting an increase in production								
	Households								
	Households								

Brazil

Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil

Mid-term Review

Appendix 1: Financial: actual financial performance; by financier by component and disbursements by category

Mission Dates: 23/07/2018 até 03/08/2018
Document Date: 03/10/2018
Project No. 1100001620
Report No. 4846-BR

Apêndice 1: Aspectos financeiros: execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

Tabela A:		Execução Financeira por financiador		30/07/2018		
Financiador	Moeda do contrato	Aprovado (USD equiv)	Atualizado* (USD)	Desembolsado (USD equiv)	% Valor original	% Valor atualizado
FIDA	SDR 2.000.000	3.000.000,0	2.833.995,6	549.765,88	18%	20%
Fundo Espanhol	EUR 11.360.000	15.000.000,0	13.266.662,0	2.031.552,70	14%	17%
Subtotal FIDA		18.000.000,0	16.100.657,6	2.581.318,58	14%	16%
Governo Federal	USD 42.000.000	42.000.000,0	42.000.000,0	2.572.516,10	6%	7%
Total Contrato (financeiro)	-	60.000.000,0	58.100.657,6	5.153.834,7	9%	9%
<u>Outras Contrapartidas</u>						
Governo Indireta	USD 40.100.000	40.100.000,0	40.100.000,0	13.301.090,00	33%	34%
Beneficiários	USD 25.168.325	25.168.325,0	25.168.325,0	-	0%	0%
Subtotal outras CP	USD 65.268.325	65.268.325,0	65.268.325,0	-	0%	0%
Total Geral	-	125.268.325,0	123.368.982,6	18.454.924,68	15%	15%

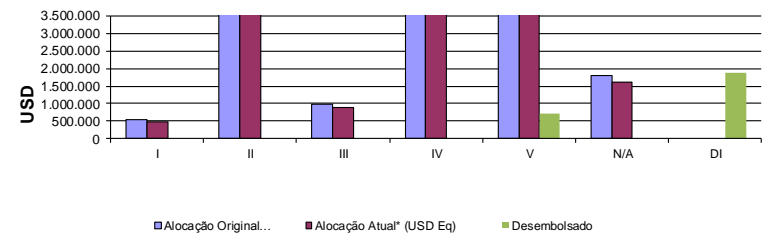
* Variação cambial

Tabela B:	Execução Financeira por financiador e componente (USD) - VALOR ATUALIZADO DEVIDO À VARIAÇÃO CAMBIAL																							
										30/07/2018														
	FIDA			Fundo Espanhol(USD Eq)			Governo			Total			Outras Contrapartidas			Beneficiários			Total GERAL					
Componente	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%			
Comp 1: Diálogo, articulação de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras	614.353	-	0%	2.875.943	-	0%	9.104.749		0%	13.006.784	-	0%							13.006.784,00	-	0%			
Comp 2: Desenvolvimento de capacidades organizativas	648.615	-	0%	3.036.334	-	0%	9.612.517	776.504,40	8%	13.732.167	776.504,40	6%							13.732.167,00	776.504,40	6%			
Comp 3: Desenvolvimento da produção sustentável e acesso a mercados	1.088.611	-		5.096.066	-	0%	16.133.280		0%	23.047.543	-	0%	40.100.000	13.301.090,00	33%	25.168.325	-		88.315.868,00	13.301.090,00	15%			
Gerenciamento do Projeto	340.079	149.765,88	44%	1.591.999	552.023,22	35%	5.040.000	1.040.267,95	21%	7.200.000	1.742.057,05	24%							7.200.000,00	1.742.057,05	24%			
Planejamento, monitoramento e avaliação	142.338	-	0%	666.320	-	0%	2.109.454	755.743,75	36%	3.013.506	755.743,75	25%							3.013.506,00	755.743,75	25%			
Total	2.833.996	149.765,88	5%	13.266.662	552.023,22	4%	42.000.000	2.572.516,10	6%	60.000.000	3.274.305,20	5%	40.100.000	13.301.090,00	33%	25.168.325	-	0%	125.268.325,00	16.575.395,20	13%			

Tabela B: Execução Financeira por financiador e componente (USD) - VALOR ORIGINAL												30/07/2018																				
Componente	FIDA			Fundo Espanhol(USD Eq)			Governo			Total			Outras Contrapartidas			Beneficiários			Total GERAL													
	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%	Prev.	Realiz.	%											
Comp 1: Diálogo, articulação de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras	650.339	-	0%	3.251.696	-	0%	9.104.749		0%	13.006.784	-	0%	-	-	-	-	-	-	13.006.784,00	-	0%											
Comp 2: Desenvolvimento de capacidades organizativas	686.608	-	0%	3.433.042	-	0%	9.612.517	776.504,40	8%	13.732.167	776.504,40	6%	-	-	-	-	-	-	13.732.167,00	776.504,40	6%											
Comp 3: Desenvolvimento da produção sustentável e acesso a mercados	1.152.377	-	0%	5.761.886	-	0%	16.133.280		0%	23.047.543	-	0%	40.100.000	13.301.090,00	33%	25.168.325			88.315.868,00	13.301.090,00	15%											
Gerenciamento do Projeto	360.000	149.765,88	8%	1.800.000	552.023,22	31%	5.040.000	1.040.267,95	21%	7.200.000	1.742.057,05	24%	-	-	-	-	-	-	7.200.000,00	1.742.057,05	24%											
Planejamento, monitoramento e avaliação	150.675	-	0%	753.377	-	0%	2.109.454	755.743,75	36%	3.013.506	755.743,75	25%	-	-	-	-	-	-	3.013.506,00	755.743,75	25%											
Total	3.000.000	149.765,88	5%	15.000.000	552.023,22	4%	42.000.000	2.572.516,10	6%	60.000.000	3.274.305,20	5%	40.100.000	13.301.090,00	33%	25.168.325	-	0%	125.268.325,00	16.575.395,20	13%											

Tabela C: Desembolsos por Categorias (SDR)								30/07/2018								FIDA I-2000000436							
Descrição da Categoria	Alocação Original (USD Equiv)	Alocação na moeda do contrato (SDR)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des																
I Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	90.000	60.000	60.000	0	0	60.000	0%	I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	442.342	335.000	335.000	-	0	335.000	0%							
II Oficinas , encontros e capacitação	855.000	570.000	570.000	0	0	570.000	0%	II	Oficinas , encontros e capacitação	4.238.556	3.210.000	3.210.000	-	0	3.210.000	0%							
III Subvenções e subsídios para investimento produtivos	165.000	110.000	110.000	0	0	110.000	0%	III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	831.866	630.000	630.000	-	0	630.000	0%							
IV Assessoria Técnica e Estudos	765.000	510.000	510.000		0	510.000	0%	IV	Assessoria Técnica e Estudos	3.855.634	2.920.000	2.920.000	-	0	2.920.000	0%							
V Custos operacionais	825.000	550.000	550.000	106.163		443.837	19%	V	Custos operacionais	4.132.923	3.130.000	3.130.000	470.456,39		2.659.544	15%							
DI Não alocado	300.000	200.000	200.000	0	0	200.000	0%	DI	Não alocado	1.498.680	1.135.000	1.135.000	-	0	1.135.000	0%							
Depósito Inicial				282.221	0	-282.221			Depósito Inicial				1.300.000,00										
Total	3.000.000	2.000.000	2.000.000	388.384	0	1.611.616	19%		Total	15.000.000	11.360.000	11.360.000	1.770.456,39	0	9.589.544	16%							

Tabela C: Desembolsos por Categorias (USD Equiv) - ATUALIZADO DEVIDO À VARIAÇÃO CAMBIAL							FIDA	I-2000000436	30/07/2018	Gráfico 1: Desembolsos, comapração das alocações original, atual e desembolsos efetivos		
		Alocação Original (USD Equiv)	Alocação Atual* (USD Eq)	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des					
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	532.342	476.246	0	0	476.246	0%					
II	Oficinas , encontros e capacitação	5.093.556	4.556.455	0	0	4.556.455	0%					
III	Subvenções e subsidios para investimento produtivos	996.866	891.609	0	0	891.609	0%					
IV	Acessoria Técnica e Estudos	4.620.634	4.132.762	0	0	4.132.762	0%					
V	Custos operacionais	4.957.923	4.434.688	701.789		3.732.899						
N/A	Não alocado	1.798.680	1.608.898	0	0	1.608.898	0%					
DI	Depósito Inicial			1.879.529	0	-1.879.529						
	Total	18.000.000	16.100.658	2.581.319	0	13.519.339	16%					
*Variação cambial =		- 1.899.342,42										



Brazil

Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil

Mid-term Review

Appendix 2: Physical progress measured against AWP&B

Mission Dates: 23/07/2018 até 03/08/2018

Document Date: 03/10/2018

Project No. 1100001620

Report No. 4846-BR

Appendix 2: Physical progress measured against AWP&B



AVANÇO DE INDICADORES RESPEITO DO POA(2018)




DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

ESTADO: GOVERNO FEDERAL

PROJETO: Dom Helder Câmara - Articulação e Diálogos sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido

MÊS DE AVANÇO: Julho

Dados do Indicador													
Resumo Descritivo	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%	Meios de Verificação	Supostos
META Contribuir para a redução da pobreza e a desigualdade rural no Nordeste Semiárido	00.00.01	Aumento de 35% nos ativos das famílias beneficiárias de Assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível).			Semestral	0	0	0,00	0	0	0,00	Estatísticas oficiais; • Estudo de base; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Avaliação final;	• Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	00.00.02	Redução de 70% na pobreza extrema entre beneficiários de investimentos produtivos			Semestral	0	0	0,00	70	0	0,00		
	00.00.03	Redução de 30% na pobreza extrema (de 40% para 28%) no fim do projeto na área de cobertura do projeto (ODM)			Semestral	0	0	0,00	30	0	0,00		
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade rural no Nordeste Semiárido melhorando a articulação de políticas de desenvolvimento rural, acesso da população às políticas públicas e formulação de políticas públicas mediante ampliação de inovações	00.00.04	74.000 famílias rurais na área do projeto serão beneficiadas por melhor informação sobre políticas e programas públicos; dentre elas, 45.000 terão acesso aos mesmos			Mensal	35.000	31.575	90,21	74.000	31.575	42,67	Estatísticas oficiais; • Estudo de base; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Avaliação final;	• Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	00.00.05	27.000 famílias beneficiadas por assessoria técnica aumentam sua produção agrícola em média de 25% no fim do projeto			Mensal	0	0	0,00	27.000	0	0,00		
	00.00.06	50% dos beneficiários do projeto são mulheres			Mensal	17.500	11.195	63,97	37.000	11.195	30,26		
	00.00.07	243.000 famílias beneficiárias de projetos cofinanciados pelo FIDA e executados pelos governos estaduais se beneficiam indiretamente pela adoção de inovações nesses projetos geradas pelo PDHC			Mensal	0	0	0,00	243.000	0	0,00		
	00.00.08	Aproximadamente um milhão de famílias rurais em situação de pobreza e extrema pobreza se beneficiam indiretamente de melhores políticas e programas			Mensal	0	0	0,00	1.000.000	0	0,00		
Componente 1 – Diálogo sobre políticas, articulação de políticas públicas e ampliação de inovações RESULTADO 01.01: Políticas públicas para reduzir a pobreza e desigualdade melhoradas	01.01.01	Melhores políticas de desenvolvimento rural sustentável para a população pobre devido à experiência do Project e adoção de metodologias inovadoras do projeto			Mensal	0	0	0,00	0	0	0,00	Estatísticas oficiais; • M&A/RIMS; • Relatórios dos Colegiados Territoriais; • Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; • Relatórios de supervisão;	• Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural • Ambiente propício à articulação de políticas públicas e programas no MDA e Colegiados Territoriais.
	01.01.02	Melhor articulação de políticas públicas nos estados de atuação do Projeto.			Mensal	0	0	0,00	0	0	0,00		
01.02 - Fortalecimento do funcionamento e eficácia de espaços de articulação de políticas e programas	01.02.01	Maior participação de organizações da sociedade civil nos Colegiados Territoriais			Mensal	0	0	0,00	0	0	0,00		

	01.02.02	Aumento do valor/número de projetos de investimento, infraestrutura e serviços.			Mensal	0	0	0,00	0	0	0,00		
	01.02.03	Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participantes em instâncias colegiadas.			Mensal	0	0	0,00	30	0	0,00		
01.03 - Metodologias inovadas e alternativas de produção aperfeiçoadas	01.03.01	24 sistematizações de experiências ou boas práticas			Mensal	0	0	0,00	0	0	0		
	01.03.02	6 metodologias inovadoras adotadas por órgãos públicos e pelo menos 1 metodologia inovadora adotada por cada projeto cofinanciado pelo FIDA no nordeste			Mensal	0	0	0,00	6	0	0		
01.04 - Capacidades técnicas locais de diálogo e articulação de políticas melhoradas	01.04.01	250 provedores de AT com capacidades melhoradas.			Mensal	250	447	178,80	250	447	178,80		
	01.04.01.01	Sendo pelo menos 50% mulheres.			Mensal	125	0	0,00	125	0	0,00		
Componente 2 – Desenvolvimento das capacidades organizacionais RESULTADO 02.01: Comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária e organizações ou associações, especialmente mulheres e jovens, mobilizadas e suas capacidades desenvolvidas.	02.01.01	27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas			Mensal	0	0	0,00	27.000	0	0,00	Estatísticas oficiais; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; • Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; • Relatórios de supervisão	Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
	02.01.02	54 comunidades quilombolas e indígenas beneficiadas pelo Projeto.			Mensal	0	0	0,00	54	0	0,00		
	02.01.03	6.000 líderes de comunidades rurais capacitados			Mensal	0	0	0,00	6.000	0	0,00		
02.02 - População rural informada sobre programas e políticas públicas	02.02.01	9 programas de rádio, 6 vídeos, e 12 livretos sobre políticas e programas públicos elaborados, transmitidos e disseminados.			Mensal	0	0	0,00	27	0	0,00		
02.03 - Organizações beneficiárias do projeto fortalecidas	02.03.01	300 organizações comunitárias participam em instâncias colegiadas.			Mensal	0	0	0,00	300	0	0,00		
02.04 - Participação das organizações de mulheres fortalecidas	02.04.01	450 grupos de mulheres (incluindo 4.500 mulheres) estabelecidos e operacionais			Mensal	0	0	0,00	450	0	0,00		
02.05 - Capacidades e oportunidades para os jovens melhoradas	02.05.01	Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação			Mensal	0	0	0,00	1.100	0	0,00		
Componente 3 – Desenvolvimento sustentável da produção e acesso aos mercados RESULTADO 03.01: Produção agropecuária sustentável dos agricultores familiares transformada e melhorada	03.01.01	60.000 famílias acessam AT.			Mensal	35.000	31.575	90,21	60.000	31.575	52,63	Estatísticas oficiais; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; • Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; • Relatórios de supervisão	• Alocação oportuna de recursos da contrapartida • Provedores continuam propícios à entrega serviços de AT • Secas no limite aceitável e continuidade de investimentos em acesso a água
	03.01.01.01	Dos quais 17.700 acessam fundos não reembolsáveis (programa Brasil Sem Miséria (BSM))			Mensal	0	0	0,00	17.700	0	0,00		
	03.01.01.02	13.500 acessam crédito			Mensal	0	0	0,00	13.500	0	0,00		
	03.01.01.03	Pelo menos 80% aumentam sua produção			Mensal	0	0	0,00	48.000	0	0,00		
	03.01.01.04	Pelo menos 20.000 famílias diversificam seus sistemas produtivos.			Mensal	0	0	0,00	20.000	0	0,00		
03.02 - Novas tecnologias e práticas inovadoras adotadas	03.02.01	Pelo menos 16.200 famílias adotam novas práticas tecnológicas			Mensal	0	0	0,00	16.200	0	0,00		
	03.02.02	Pelo menos			Mensal	0	0	0,00	20.000	0	0,00		

		20.000 famílias introduzem pelo menos um novo produto											
	03.02.03	4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidades indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidades quilombolas realizam novas atividades geradoras de renda			Mensal	0	0	0,00	28	0	0,00		
03.03 - Melhor acesso dos beneficiários aos mercados	03.03.01	Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE)			Mensal	0	0	0,00	10.800	0	0,00		
	03.03.02	Pelo menos 2.700 famílias acessam mercados diferenciados (orgânico, comércio justo).			Mensal	0	0	0,00	2.700	0	0,00		

Brazil

Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil

Mid-term Review

Appendix 3: Compliance with legal covenants: status of implementation

Mission Dates: 23/07/2018 até 03/08/2018

Document Date: 03/10/2018

Project No. 1100001620

Report No. 4846-BR

Latin America and the Caribbean
Programme Management Department

APPENDIX 03: COMPLIANCE WITH LEGAL COVENANTS: STATUS OF IMPLEMENTATION

Cumprimento das cláusulas contratuais: estado de implementação (Missão de Revisão de Meio Termo de 23/7 a 3/8/2018)

1. Arranjos de Aquisições

O PDHC foi desenhado para ter uma execução descentralizada da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Seu arranjo de aquisições envolve a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), por meio de contrato de gestão; a Universidade de Brasília (UNB), por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) e o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), por meio de um Convênio.

A ANATER é responsável por promover assistência técnica e extensão rural para o PDHC e promove isso por meio de seu quadro próprio de pessoal, como também por meio de licitação (Chamada Pública) para contratação de provedoras de assistência técnica rural.

A UNB, para viabilizar as contratações previstas no âmbito do TED contratou a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), por ser entidade credenciada em seu regimento. Essa por sua vez licitou e contratou a COOPERFRENTE para fornecer pessoal para realizar a coleta de dados sócio econômicos, ambientais, políticos, produtivos e informações legais e elaboração de relatórios no âmbito do semiárido brasileiro distribuídos em 11 estados sendo: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, localizados em 913 municípios em até 60.000 (sessenta mil) famílias.

O IPA, por meio de seu convênio com a SEAD, deverá fornecer Palma Forrageira para os beneficiários do PDHC.

2. Arquivos dos registros das licitações e documentação suporte

A missão analisou os documentos no âmbito do TED com a UNB, apresentados pela FUNAPE. Todos os documentos analisados estavam devidamente atuados e organizados.

3. Gestão de contratos

Foi identificado na missão que os agentes de campo providos pela COOPERFRENTE responsáveis pela coleta de dados por meio de formulários digitais, não passaram por processo de seleção. Foram mobilizados nas regiões de atendimento do PDHC para serem cooperados e atuar para o PDHC II. A UGP informou que esta mobilização foi feita dentre os cooperados da COOPERFRENTE na região. A visita de campo durante a missão identificou que muitos cooperados não demonstravam perfil adequado para atuar com os beneficiários. A COOPERFRENTE informou que alguns já foram substituídos devido a esta não conformação. A SEAD informou que ocorre avaliação de forma sistemática para verificação da qualidade dos serviços. A missão recomenda fortemente que a COOPERFRENTE acompanhe a gestão desses serviços, zelando para que atuem no projeto técnicos em condições de formação e experiência adequadas às tarefas, provendo a substituição dos identificados como inadequados por não gerar os resultados previstos. Além disso, foi identificado que em alguns locais, os agentes de campo não atuam de forma integrada e em parceria com os técnicos de ATER, gerando desalinhamentos principalmente pelo entendimento equivocado sobre suas atuações, por entender que devem fiscalizar. A SEAD informou que juntamente com a ANATER está sendo providenciando o envio de um ofício para as empresas públicas a fim providenciarem esse alinhamento. A missão recomenda que o mesmo seja feito com a COOPERFRENTE, por meio da UNB.

Grande atraso foi identificado no Convênio IPA, para fornecimento das Palmas para os beneficiários. A missão recomenda à UGP agilizar até o 17/08/2018 o termo de sessão de uso da terra, rever cronograma considerando prazo de plantio e entrega das palmas, com adequada logística e possibilidade de plantio por parte dos beneficiários.

4. Plano de Ação para fortalecimento dos aspectos de Aquisições

Com o objetivo de fortalecer a ação prevista para o IPA a missão realizou reunião com a equipe do IPA em Recife para identificar os gargalos sobre a execução e com a Assessoria Jurídica da SEAD em Brasília.

Na reunião em Recife foi identificado que o atraso se dá por questões de cunho jurídico, pois o IPA precisa, para dar andamento à atividade prevista para o PDHC, renovar seu termo de sessão de uso da terra antes.

A portaria 424 do MPOG, artigo 23, parágrafo 2º, letra “E” exige o mínimo de 20 anos de prazo de concessão para o uso da terra no Termo de Sessão de Uso. O termo assinado entre o IPA e o DENOX, dono da terra onde ocorrerá o plantio, menciona o uso por 5 anos renovável e dessa forma ficou com cláusula suspensiva por não atender à Portaria.

O DENOX, autarquia federal ligada ao Ministério da Integração, já iniciou processo de prorrogação para mais 15 anos onde, segundo informação da UGP/Recife, desde já autoriza o IPA a iniciar a execução da obra dos poços para o plantio das palmas.

Durante a missão foi feita consulta à Assessoria Jurídica da SEAD para verificar se esta ação é válida.

Suscitaram até inserir uma cláusula no Termo de Sessão de Uso da Terra informando que este está atrelado ao prazo do Convênio com o IPA que finda em 2020, mas por fim chegaram à conclusão que o que daria respaldo jurídico seria agilizar o novo Termo para atender ao prazo da Portaria.

O Convênio está em condição suspensiva e isso somente caíra com um termo de sessão de uso de 20 anos em atendimento à mencionada Portaria, mesmo considerando que o Convênio com o IPA tem duração somente até 2020.

Resolvendo essa pendência jurídica poderão ser executadas as atividades previstas, relativas à implantação de poços e o plantio das palmas.

Estas atividades envolvem uma adequada logística pois, a produção ocorrerá em Recife, mas a entrega das palmas será em níveis estaduais. Dessa forma, após as reuniões realizadas com o IPA, ASJUR, UGP e SEAD a missão recomendou uma força-tarefa para agilizar os trâmites possíveis da licença para o uso da terra completando os 20 anos e que fosse estipulado novo cronograma de produção e entrega, contendo informações de logística necessárias ao atendimento dos resultados esperados.

5. Revisão do progresso da implementação do Plano de Aquisições

A missão identificou que houve grande progresso de implementação do Plano de Aquisições, após longo período de atraso na execução. Atualmente a maior parte das atividades já foram licitações e contratadas, cabendo à SEAD e à UGP acompanhar a gestão e monitorar os resultados esperados.

Porém, falta ainda concretizar a ação prevista no âmbito do convênio com o IPA, que ainda não licitou a instalação dos poços para irrigar as palmas e nem mesmo iniciou o plantio. A missão recomenda que continue sendo dada atenção ao Convênio como o IPA, considerando o tempo exíguo do PDHC II e o espaço de tempo que é necessário para a produção, colheita, entrega e plantio por parte dos beneficiários da Palma Forrageira que receberão.

6. Sistema Nacional de Aquisições e Contratações

Aquisições e Contratações seguem o Sistema Nacional de Aquisições e Contratações devido assim ter sido permitido no desenho do Projeto. E nesse ínterim essas aquisições e contratos estão passíveis de auditorias federais, que para o PDHC são realizadas pela Ciset – Secretaria de Controle Interno que atua nos projetos vinculados à Casa Civil da Presidência da República, como o PDHC II.

7. Conformidade dos processos de licitação e qualidade da documentação

Quanto à conformidade dos processos de licitações, por ser descentralizada a execução, foi analisado o regramento nacional respectivo a cada entidade.

No âmbito do TED com a UNB foi verificado que a FUNAPE contratou por meio do Edital 001/2018 de Técnica e Preço a COOPERFRENTE, para realizar a coleta de dados sócio econômicos, ambientais, políticos, produtivos e informações legais com elaboração e relatórios. Esta seleção ocorreu com base no Decreto nº 8.241 de 21/05/2014.

O Decreto menciona que as seleções públicas serão divulgadas no site eletrônico da fundação de apoio e no portal de compras do Governo Federal, porém, no processo administrativo foi identificada somente a publicação no site da FUNAPE.

Houveram apenas duas proponentes que foram avaliadas tecnicamente, sendo vencedora a COOPERFRENTE, atendendo aos requisitos do edital.

Foram licitados pela FUNAPE (i) a Ferramenta Tecnológica para avaliar e monitorar as políticas públicas de ATER no âmbito do PDHC, onde foi contratada a empresa WEBSIS, por menor preço global, com licitação divulgada no site da Fundação, e (ii) empresa de organização de eventos para apoiar as oficinas e capacitações nos onze estados de atuação do PDHC, cujo certame está em vias de adjudicação de proponente vencedora. A missão recomenda que caso haja outras contratações, que a FUNAPE dê divulgação mais ampla aos certames para o PDHC também no portal do Governo Federal, proporcionando assim maior concorrência.

8. Cumprimento de cláusulas contratuais

As cláusulas do Acordo de Empréstimo em relação ao envio do POA/PAC e dos relatórios de progresso semestrais foram sendo cumpridas, mas não foi atendido o prazo de entrega do relatório de auditoria, que após reunião com a Ciset ficou conciliado o envio ao FIDA até 31 de outubro de 2018.

Por ser execução descentralizada e assim ter ficado acordado anteriormente com a SEAD, somente foram inseridas as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção no TED com a UNB, no Contrato de Gestão com a ANATER e no Termo de Convênio com o IPA. Os demais contratos provenientes desses documentos não possuem as cláusulas.

O quadro a seguir detalha a conformidade de atendimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo.

Cumprimento das Cláusulas Contratuais. Estado de Implementação em julho 2018.

Projeto : Dom Helder Câmara II (Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido)

Empréstimo FIDA nºs. 2000000436 e 2000000437

Cláusulas do Contrato de Empréstimo

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção B, 7	Conta Operativa. O mutuário deverá ter uma Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e Contrapartida	permanente	cumprido	O Projeto possui a conta operativa gráfica a conta única do tesouro para pagamentos dos fundos da contrapartida
Seção B, 8	Conta Designada. O mutuário deverá abrir a Conta Designada e manter em nome do mutuário.	permanente	cumprido 31/10/2014	As Contas Designadas foram abertas no Banco do Brasil
Seção B, 9	Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de USD 42,000,000. Obs. contrapartidas adicionais no PDR: USD 40.100.000 de outras fontes do governo(SAF/INCRA) e USD 25.168.325 dos beneficiários.	anualmente	em cumprimento satisfatório	Contrapartida do governo (próprias da UGP e de outras fontes) = USD 16 milhões Contrapartida dos beneficiários = zero
Seção C,1	Agência Líder. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pelo MDA.	anualmente	cumprido	A UGP foi estabelecida por meio da Port MDA nr 73 de 23/out/14 . art 1º. Porém houve um ajuste na estrutura do Governo e a Agência líder passou para a Secretária Especial da Presidência da República
Seção E, 1	Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo.	permanente	cumprido	Manual Financeiro disponível
Seção E, 2	Condições de Desembolso. As condições específicas para desembolsos foram cumpridas	no início do projeto	cumprido	
Anexo 1, II, 2	Agência Executora. A Agência Executora é a SDT.	permanente	cumprido	Port MDA nr 73 de 23/out/14 Na nova estrutura é a SDR/SDA

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Anexo 1, II, 3	Estrutura da UGP. A UGP foi estabelecida, em Recife e seu Coordenador foi indicado e o pessoal-chave foi contratado. 11 Unidades Territoriais estabelecidas.	permanente	cumprido	Port MDA nr 73 de 23/out/14 art. 1 Pessoal chave disponibilizado
Anexo 1, II, 4	Comitê Executivo. O Comitê está estabelecido e operante	permanente	cumprido	Port SEAD/Presidência da República nr 231 de 12/abr/18 Membros designados com reuniões agendadas.
Anexo 1, II, 5	Comitê Gestor. O Comitê está estabelecido e operante com pelo menos uma reunião anual	permanente	cumprido	Port SEAD/Presidência da República nr 233 de 12/abr/18 Membros designados com reuniões agendadas.
Anexo 1, II, 4	Comitês Territoriais: Estão constituídos e operacionais. Aprovam o a sua parte no POA	permanente	cumprido parcialmente	Atividades de campo ainda incipientes. Não aprovam a sua parte no POA
Anexo 1, II, 16	MIP. O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no Contrato.	permanente	cumprido	
Anexo 2, 1	Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	permanente	cumprido	Gastos somente em custos operacionais

Cláusulas das Condições Gerais

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.02, b) das CG	Pré-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	
Seção 4.04, b) das CG	Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	Atualizada em novembro 2017
Seção 4.04, c) das CG	Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	
Seção 4.04, d) das CG	Conta Designada. O mutuário devera abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	início do projeto	cumprido	Contas (Dólar e Euro) abertas no BB

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.08, a) das CG	Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo;	anualmente	cumprido	.
Seção 7.01, b) (ii) das CG	Plano Operativo Anual. Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá , se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários. .A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	cumprido	POA 2018 apresentado a tempo. Sem apreciação do Comitê Gestor
Seção 7.05 das CG	Aquisições e contratações em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário	anualmente	não aplicável	Utilização das normas nacionais conforme Memorando, por questões estratégicas e segundo a convenção de Accra
Seção 7.06 das CG	Uso de bens e serviços. Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto	anualmente	cumprido	Percebe-se que sim.
Seção 7.07 das CG	Manutenção. Instalações e obras em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	cumprido	Percebe-se que sim.
Seção 7.11 das CG	Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiência adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente		Gerente Adm-financeiro atende.
Seção 8.01 das CG	Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	cumprido	Documentação financeira atende.
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado, satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	início do projeto	cumprido parcialmente	O Sistema governamental SIAFI permite a contabilização segregada dos recursos e geração de SOES.

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
				Contudo a extração dos demais relatórios de prestação de contas e Demonstrações contábeis ao FIDA é elaborado em excel.
Seção 8.03 a) das CG	Relatórios de Progresso. O mutuário enviará periodicamente (semestral) o respectivo relatório com conteúdo adequado.	semestral até 45 dias após	cumprido	
Seção 8.03 b) das CG	Revisão de Meio Período. O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	no terceiro ou quarto ano do projeto	cumprido	Em julho 2018
Seção 8.04 das CG	Relatório de Conclusão do Projeto. O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	no sexto ano de projeto	não se aplica	Previsto para 2021
Seção 9.01 das CG	Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	cumprido parcialmente	Os registros das contrapartidas em bens e serviços economicamente mensuráveis (in kind) não são contabilizadas via sistema .
Seção 9.01 das CG	Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de <u>quatro meses</u> contados do final desse período.	anualmente	cumprido parcialmente	Enviadas fora do prazo 19/6/2018 Necessitam demonstrar todas as fontes e todas despesas nas diversas moedas.
Seção 9.03 a) das CG	Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	anualmente	não cumprido	Auditoria 2017 não realizada. Previsão de consequências para o Projeto e para a carteira Brasil
Seção 9.03 b) das CG	Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	anualmente	não cumprido	REAUD dos anos de 2014/15/16 emitiu abstenção de opinião – Foi solicitado novo REAUD ou auditoria REAUD não entregue
Seção 9.04 a) das CG	Outros Relatórios Financeiros/Técnicos. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	cumprido	Relatórios Semestrais Financeiros entregues
Seção 10.03 das CG	Avaliações. O Mutuário e cada parte do Projeto deverão facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execução do projeto, e durante dez anos após essa data.	anualmente	cumprido	